DESAPROPRIAÇÃO — JUROS DA MORA

— São devidos, a partir da avaliação, os juros compensatórios devidos nas chamadas desapropriações indiretas.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SAO PAULO

Júlio Gilbertoni e sua mulher *versus* D. E. R.
Recurso de revista n.º 93.846 — Relator: Sr. Desembargador
PINTO DO AMARAL

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de revista, n.º 93.846, da comarca de São Paulo, em que são recorrentes Júlio Gilbertoni e sua mulher e recorrido o Departamento de Estradas de Rodagem: Acordam, em sessão de Câmaras Civas Reunidas do Tribunal de Justiça, por maioria de votos, julgar improcedente o recurso, depois de deferido pelo egrégio Primeiro Grupo de Câmaras Civas.

Consistia a divergência em ter o acórdão recorrido mandado contar os juros, nas desapropriações, da data da avaliação do imóvel, enquanto os acórdãos apontados como divergentes determinavam que a contagem fôsse feita da data da ocupação.

Deve ser mantido o acórdão recorrido, que confirmou a sentença de pri-

meira instância, onde se determinou que os juros fôsem contados da data da avaliação. Acentuou bem a sentença que os juros, na espécie, eram compensatórios e a perícia atualizou o valor indenizável, não se justificando a contagem de juros anteriormente à avaliação.

Custas pelos recorrentes.

São Paulo, 8 de junho de 1960 —
A. de Oliveira Lima, Presidente com voto — Pinto do Amaral, Relator — Davi Filho, vencido — Carvalho Pinto — Pinheiro Machado, vencido — R. F. Ferraz de Sampaio — Hoeyppner Dutra — J. Cavalcânti Silva, vencido — Tácito M. de Góes Nobre — Ulisses Dória, vencido — Andrade Junqueira — O. A. Bandeira de Melo — E. Moura Bittencourt, vencido — Cardoso Rolim — Silvio Barbosa — Durval Pacheco de

Matos — *Alcides Faro*, vencido — *Afonso André* — *Prado Fraga* — *O. Costa Manso*, vencido — *Juárez Bazzera*, vencido — *Euler Bueno*, vencido de acôrdo com a seguinte declaração de voto: Reexaminei o problema do presente recurso de revista — *terminus a quo* da fluência dos juros nas chamadas desapropriações indiretas — e modifico o meu pronunciamento.

Em votos anteriores tenho concebido os juros que cortejam as indenizações pelo apossamento irregular de imóveis necessários ao Poder Público, como compensação pela renda efetiva de que se despoja o proprietário; bem por isso, na ausência dessa renda, tenho aplicado o Decreto federal nº 22.785/33.

Alargo, contudo, a partir de agora, a responsabilidade do Poder Público e do DER, conseqüentemente, pelos juros indigitados.

Com efeito, nas desapropriações regulares, consolidou-se, nos tribunais pátrios, jurisprudência que responsabiliza o expropriante pelos juros sôbre a diferença entre o depósito prévio e a indenização a final prevalente, conta-

dos desde a imissão liminar na posse do bem expropriado, haja ou não renda a considerar. É que pelo preceito constitucional a indenização deve ser prévia, além de justa; a diferença apurada, portanto, só satisfeita *a posteriori*, acomoda-se ao Mandamento Maior mediante a inclusão dos juros, desde a data da imissão, quando o pagamento deveria ter sido completo (cf. *Rev. dos Tribs.*, vols. 219/281, 220/512, 221/186, 254/274, 262/314, 267/267, 268/458; 276/389, 280/291, etc.; *Revista de Direito Administrativo*, vols. 32/235, 33/183, 38/232, 44/290, 51/283, 53/145, 55/155; etc.).

Se assim deve ser nas desapropriações regulares, *a fortiori* nas chamadas indiretas, em que o Poder Público desatende a recomendação constitucional e empolga o bem particular, sem qualquer cautela. Não há, no caso, imissão de posse; há apossamento arbitrário. Não há diferença de indenização sujeita a juros; há indenização protraída por inteiro, a detrimento do proprietário. A aplicação de Decreto federal de 1933, afastada ali, deve afastar-se também aqui, pelas mesmas ou melhores razões.